O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 19 | Nº 56 | Boa Vista | 2024

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.13690298

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

O PAPEL DA GESTÃO PÚBLICA E DO CONTROLE SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO HUMANO[1]

Wesley de Almeida Mendes[2]

Marco Aurélio Marques Ferreira[3]

Evandro Rodrigues de Faria[4]

Luiz Antônio Abrantes[5]

Wanderson de Almeida Mendes[6]

Resumo

A promoção do desenvolvimento humano parte de um modelo necessário do gerenciamento de recursos públicos e da formulação de políticas públicas para a melhoria das condições sociais. O desenvolvimento humano, nesse caso, já envolve diferentes dimensões sociais, tais como a Saúde e Educação, o que torna esse sistema mais complexo. A dependência de recursos públicos, para tanto, torna-se fundamental. Contudo, a eficiência dos recursos, a qualidade da gestão pública e o controle social apresentam-se como importantes atores na promoção do desenvolvimento. O presente artigo tem por finalidade identificar a importâncias da qualidade da gestão pública e do controle social na participação de um sistema de promoção do desenvolvimento humano. Foi utilizado a modelagem de equações estruturais com o modelo de path analysis. Os dados foram coletados de fontes secundárias. Dos 853 municípios mineiros emancipados até 2012, foi tomada uma amostra de 765 municípios, sendo estes selecionados devido a disponibilidade dos dados. Os principais resultados revelam um sistema complexo, onde a gestão pública e o controle social tomam papel central dentro desse sistema. Além disso, nota-se que o desenvolvimento humano melhora o PIB municipal, que, por sua vez, desempenha um papel importante nas condições sociais. Por fim, nota-se o caráter processual do desenvolvimento, cujos recursos públicos adquiridos, para gerar o desenvolvimento, necessita da ação da gestão pública, na aplicação eficiente desses recursos em programas sociais de saúde, educação, saneamento básico, habitação e outras ações que visam a melhoria das condições sociais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano; Equações Estruturais; Promoção do Desenvolvimento.

Abstract

Promoting human development is part of a necessary model of public resource management and the formulation of public policies to improve social conditions. In this case, human development already involves different social dimensions, such as health and education, which makes this system more complex. Dependence on public resources, therefore, becomes essential; however, resource efficiency, quality of public management and social control are important actors in promoting development. This article aims to specifically identify the importance of quality of public management and social control in participating in a system to promote human development. Structural equation modeling with the path analysis model was used. Data were collected from secondary sources. Of the 853 municipalities in Minas Gerais that were emancipated by 2012, a sample of 765 municipalities was taken, which were selected due to the availability of data. The main results reveal a complex system, in which public management and social control play a central role within this system. Furthermore, it is noted that human development improves the municipal GDP and the municipal GDP is relevant in one of the social conditions. Finally, it is worth noting the procedural nature of development, whose public resources acquired, in order to generate development, require the action of public management, in the efficient application of these resources in social programs of health, education, basic sanitation, housing and other actions that aim to improve social conditions.

Keywords: Human Development; Public Service; Structural Equation Model.

[1] A presente pesquisa contou com o apoio institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

[2] Doutor em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: wesley.mendes@unifagoc.edu.br

[3] Professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutor em Economia Aplicada. E-mail: marcoaurelio@ufv.br

[4] Professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutor em Administração. E-mail: evandroadm@ufv.br

[5] Professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutor em Administração. E-mail: abrantes@ufv.br

[6] Professor do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Doutor em Administração. E-mail: wandersonsan@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A promoção do bem-estar, do desenvolvimento humano e, consequentemente da qualidade de vida, muitas vezes ditas em propostas políticas e reveladas como desejos sociais, pode tornar complexa para os governos, tendo em vista as diversas dimensões que as cercam, a limitação dos recursos e a demanda popular pela prestação de serviços públicos.

Tal desafio parte-se da necessidade da articulação de ações do governo, como o aspecto orçamentário e a aplicação de políticas públicas interligadas para a promoção do desenvolvimento humano. Destaca ainda que, a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988 essas dimensões que compõe o desenvolvimento humano, como Saúde e Educação, são tratadas como direito de todos e dever do Estado prover condições de acesso universal e igualitário aos seus serviços, destacando a importância da presença do Estado na elaboração de ações sociais.

Porém, a promoção do desenvolvimento humano parte de um sistema complexo, necessário do gerenciamento de recursos públicos e da formulação de políticas públicas para a melhoria das condições sociais. O desenvolvimento humano, nesse caso, já envolve diferentes dimensões sociais, tais como a Saúde e Educação, o que torna esse sistema mais complexo.

Além disso, destaca-se que para que esse sistema possa funcionar, o financiamento público para o desenvolvimento de tais programas sociais mostra-se necessário para sua aplicação e manutenção. Porém, é importante destacar que não é apenas o volume de recursos disponíveis que fará influência, mas a forma como a gestão pública opera esses recursos que favorece a melhoria do desenvolvimento humano municipal.

Porém, para que a gestão pública possa realizar suas atividades de forma eficiente, atender as demandas sociais e manter o equilíbrio das contas, deve-se atentar ao controle social como mecanismo de regulação das contas públicas bem como a apresentação de demandas de ações do estado e de avaliação das políticas públicas.

Diante disso, entende-se que um estado federalista em que o desenvolvimento humano está atrelado a manutenção e a qualidade de políticas universais garantidas constitucionalmente, sabe-se que a gestão pública influencia o desenvolvimento humano. Todavia, tem-se como problema de pesquisa a existência de elementos implícitos que interferem neste processo de desenvolvimento humano, como o controle social e as desigualdades sociais. Assim, tem-se como questão de pesquisa desse estudo: *como a gestão pública influencia a promoção do desenvolvimento humano?* O presente artigo tem por objetivo identificar a importâncias da qualidade da gestão pública e do controle social na participação de um sistema de promoção do desenvolvimento humano nos municípios mineiros no ano de 2012.

O presente estudo avança ao relacionar a gestão pública e o controle social como mecanismos para a promoção do desenvolvimento humano, bem como apresenta as receitas municipais como ponto de partida dentro deste sistema, que para gerar desenvolvimento humano deve passar por um longo processo. Assim, busca-se mostrar que não é o volume de recursos por si, mas a qualidade da gestão pública e a atuação com o controle social que promovem o desenvolvimento humano.

OS MODELOS DE GESTÃO PÚBLICA

O histórico da administração pública é demarcado por diversos modelos de condução das ações do governo. Um primeiro formato surge com base no modelo ideal de Weber. Trata-se de um mecanismo organizacional dotado de normas, diretrizes, linhas de autoridade e rigidez no processo, de forma a reduzir a pessoalidade e desenvolver a racionalidade na organização, conhecido como a administração pública burocrática (DENHARDT; CATLAW, 2017). Essa abordagem entende que bens e serviços podem ser produzidos da forma mais eficiente possível, adotando medidas de controle para o alcance dos resultados (HOLZER; SCHESTER, 2011)

A abordagem burocrática, porém, tratava-se de um modelo ideal, e uma inserção integral não era compatível com a dinâmica real das organizações. Devido à sua inflexibilidade e ao foco nas normas, diversos problemas operacionais surgiram na administração pública, entre elas pode-se deparar com superiores que não possuem competência técnica, arbitrariedade, conflitos de ordem, entre outros (BENNIS, 1965).

Diante essas críticas, Wilson considerou que a ciência da administração surgia do campo dos negócios e, por tal motivo, deveria utilizar de suas características a fim de desenvolver a gestão pública (DENHARDT; CATLAW, 2017).

Assim, a Administração pública ao retornar em sua origem desenvolveu dois movimentos relacionados à gestão: o *New Public Management* (Nova Administração Pública – NPM), proposto por Wilson, e o Reinventando o Governo, o último proposto por Osborn e Gable (FREDERICKSON, 1996). Ambos captam as características do campo dos negócios em que focam no desempenho e na eficiência pública, no Estado Mínimo e no menor desperdício.

A primeira consiste na abordagem denominada *New Public Management* (NPM – Nova Gestão Pública), que surgiu na década de 1980 na Inglaterra com viés Neoliberal, onde o Estado mínimo, priorizava a eficiência dos recursos, redução de custos e melhor qualidade na prestação de serviços (BRESSER-PEREIRA, 2010), sendo necessário o rompimento com modelos tradicionais de gerenciamento de recursos públicos para introduzir uma nova cultura gerencial (GUIMARÃES, 2000)

"O NPM viria a apresentar uma abordagem gerencial distinta, tendo focos no cliente, no gestor, no resultado e no desempenho." (MOTTA, 2013, p. 54).

A crise econômica internacional, com destaque na década de 1970 e 1980, foi o grande influenciador para o surgimento do movimento do *NPM,* obrigando aos governos em equilibrar suas contas, criando um Estado eficiente, com redução de gastos e aumento dos resultados (DENHARDT; CATLAW, 2017).

Esse modelo emerge da união de duas abordagens. A primeira abordagem, intitulada *New Institutional Economics* (Nova Economia Institucional - NIC), trata da generalização de um conjunto de reformas administrativas construídas pela transparência, pela capacidade de escolha dos usuários e pelo incentivo estrutural. A segunda toma as visões da administração privada e visa a profissionalização da administração, o conhecimento técnico e o alto poder discricionário para alcance dos resultados centrais indispensáveis para um melhor desempenho organizacional (HOOD, 1991).

O movimento gerencial, conforme Bergue (2011) tem por finalidade os resultados e, para tanto, considerando a escassez dos recursos, cabe à gestão planejar suas ações, organizar os recursos necessários a condução e controle das atividades para, além da eficiência, buscar a eficácia e efetividade das ações do Estado. Em outras palavras, a administração pública gerencial deve propiciar condições, avaliar e monitorar as atividades, para que os resultados alcançados sejam sustentáveis.

Conforme Guimarães (2000), enquanto o desafio para a administração empresarial consiste em trabalhar com a concorrência utilizando de avanços tecnológicos cada vez mais rápidos, na gestão pública o desafio consiste em desfazer do modelo rígido da burocracia para um modelo mais flexível e voltado para melhoria da prestação do serviço público. Lapuente e Walle (2020) relatam que a NPM foi tratada como uma ideologia, principalmente pelo clamor emocional, cujas democracias ocidentais alegavam que a gestão pública estava se tornando cada vez maior e menos eficiente.

Ferlie *et al*. (2011), partindo da teoria do NPM, identificou 4 diferentes modelos que a administração pública, ao redor do mundo, adotou. No primeiro modelo toma-se a característica de Tatcher, sendo predominante na década de 1970 na Grã-Bretanha, onde aproximava o setor público com as ações tomadas pelo setor privado, com foco na eficiência, valorização do capital financeiro e controle das contas públicas. O segundo modelo parte da descentralização dos serviços públicos e nos serviços híbridos, com atuação público e privado para a prestação do serviço. O modelo 3 retoma a escola das relações humanas e toma a administração pública a partir da cultura organizacional formada. O quarto modelo, tratado como o menos desenvolvido, consiste na adoção de práticas consideradas bem sucedidas do setor privado e aplicada em contextos locais da administração pública.

De acordo com Guimarães (2000, p. 129), esses quatro modelos identificados por Ferlie *et al*. (2011) não são excludentes, mas consistem em um *continnum* que varia do modelo mais burocrático e economicista ao modelo com viés mais orientado para o cidadão.

Porém as propostas adotadas pelo NPM eram muito radicais e despertavam conflitos políticos para suas inserções, que somavam com a turbulência econômica envolvendo o cenário internacional, o que incentivou o surgimento do movimento Reinventando o Governo (FREDERICKSON, 1996). Esse movimento nasce considera uma perspectiva do governo empreendedor, cujos objetivos não consistem em reduzir o Estado, mas promover um Estado forte, por meio do modelo do empreendedorismo no setor público (OSBORNE, 1993).

Embora as duas vertentes, *New Public Management* e o Reinventando o Governo, possuem suas semelhanças, relacionadas ao ambiente da administração de negócios e foco na eficiência do Estado, o *NPM* possui um viés mais institucional, que visa a profissionalização da administração pública, na eficiência e na equidade social, enquanto o movimento Reinventando o Governo, por sua vez, considera a força do servidor público como um ser individual, incentivando para as próprias tomadas de decisões no ambiente público (FREDERICKSON, 1996).

Essas abordagens, contudo, sofreram diversas críticas, uma vez que consideravam o cidadão como um cliente dos serviços públicos. Essa concepção eliminava a participação do cidadão nas tomadas de decisões, desencadeando diversas discussões a respeito de uma gestão pública participativa, que leva em consideração as opções e escolhas dos cidadãos. Diversas modelos surgiram a fim inserir o cidadão como um agente da gestão pública, deixando de ser um mero receptor do serviço público, passando para um ator no processo de gestão. De acordo com Eriksson (2020), os modelos pós-NPM surgiram para coordenar os serviços para contrabalancear a descentralização da responsabilidade que o NPM apresentou.

De acordo com o NPS, a implantação das experiências de mercado com a redução de custos, privatizações, foco no resultado, no desempenho, na eficiência, foca da NPM, são prejudiciais para o serviço público (DENHARDT; DENHARDT, 2000). Para Denhardt e Denhardt (2015), a tentativa da divisão da administração e dos aspectos democráticos são vistos de forma equivocada pela NPM. Para os autores, tais aspectos são tarefas da gestão pública e indissociáveis.

Com o avanço tecnológico, Martínez (2022) ressalta para o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC’s) como instrumentos para ampliar os resultados da administração pública e minimizar a burocracia. Para Martínez (2022), a aplicação das TIC’s melhora a gestão na busca de benefícios para a sociedade, como redução de custos, facilidade de atendimento nos procedimentos,

participação cidadã, igualdade de acesso à informação, o que melhora a qualidade de vida e bem-estar da sociedade.

O *New Public Service* (NPS – Novo Serviço Público) surge dessas abordagens contrárias às práticas gerenciais, em especial ao *NPM*. O *NPS* se inspira na teoria política democrática e nas abordagens alternativas à gestão e ao design organizacional, retratando em suas concepções a inclusão do cidadão nas ações de tomada de decisão. (DENHARDT; CATLAW, 2017).

De acordo com o NPS, a implantação das experiências de mercado com a redução de custos, privatizações, foco no resultado, no desempenho, na eficiência, foca da NPM, são prejudiciais para o serviço público (DENHARDT; DENHARDT, 2000). Para Denhardt e Denhardt (2015), a tentativa da divisão da administração e dos aspectos democráticos são vistos de forma equivocada pela NPM. Para os autores, tais aspectos são tarefas da gestão pública e indissociáveis.

Apesar de suas críticas, e pela NPS surgir mais recentemente, ambos modelos são contemporâneos. Considera-se que, apesar de ampliar as ações participativas e de controle social nas decisões públicas, é fato que os recursos públicos são escassos e, para tanto, necessitam de eficiência sua aplicação que, por sua vez, pode não ser suficiente para atender as demandas discutidas democraticamente. Por outro lado, a discussão democrática pode auxiliar no controle das contas e no direcionamento de políticas públicas para atenção às demandas sociais, auxiliando na eficiência do Estado.

Koliba (2024), por sua vez, aponta para a vertente da Responsabilidade democrática Liberal para a Administração Pública. Essa vertente apresenta padrões constitucionais e legais para que os governos prestem conta de suas atividades para a sociedade e é fiscalizada pela sociedade no intuito de apresentar responsabilidade democrática.

Nesse sentido, a presente pesquisa visa verificar esse conflito teórico ao ponto de apresentar uma relação entre o processo participativo, por meio do controle social, como mecanismo de manutenção da eficiência dos recursos públicos.

A RELAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

A gestão pública muito aproveitou dos modelos gerenciais advindos do setor privado (ROSEBLOOM; KRAVCHUK; CLERKIN, 2009), com destaque a busca de melhor eficiência para gerar melhores serviços públicos, que teve por objetivo adquirir eficiência (FREDERICKSON, 1996; MOTTA, 2013). Trata-se da capacidade do governo em fazer e implementar políticas públicas eficazes (WORLD BANK, 1994).

Considera-se, nesse caso, a importância da gestão pública na formulação de políticas públicas, vistas por Souza (2002) como a demonstração dos propósitos da gestão através de programas e ações que resultam em melhorias nas condições de vida das pessoas. Conforme Pierre (2009) o papel do gestor público deve ser centrado na produção de serviços públicos de longo prazo.

Esse período longo refere-se ao fato da apresentação de resultados consistentes para a vida da sociedade. Da mesma forma, Sen (2010) aponta que o desenvolvimento deve ser entendido como um processo de evolução das condições sociais, sendo que este processo remete das ações tomadas por gestores em períodos anteriores.

Diversas áreas sociais de influência ao desenvolvimento humano já são previstas pela Constituição Federal de 1988, como saúde, educação e habitação, apontando as devidas obrigações ao gestor público e à sociedade, esta por sua vez, na obrigação de fiscalizar e fazer que a gestão pública cumpra com o que se prevê na constituição (BRASIL, 1988).

Também, pela Constituição de 1988, o modelo federativo brasileiro e as divisões de competências dos entes federativos foram traçadas de modo a estabelecer os poderes e autonomias política e administrativa à União, Estado e Municípios, de forma a garantir atendimento às necessidades locais, tanto na realização de políticas sociais como nas políticas de arrecadação fiscal (KERBAUY, 2001).

Sobre essa divisão, a gestão de políticas públicas buscou ser direcionada às necessidades locais, tendo em vista a maior proximidade do gestor público municipal com a demanda social. Assim, parte da gestão dos demais entes a elaboração de estratégias sociais e a elaboração de programas mais abrangentes.

Essa divisão do Estado e a busca pela aproximação da administração pública com o povo possibilitou um fortalecimento das instituições públicas, dando voz para as classes excluídas da sociedade, sentimento cívico da população, aumento da eficiência do Estado, neutralização dos efeitos corporativos, adequação das ações às reais demandas sociais, além da maior prestação de contas (ROCHA, 2011).

Contudo, apesar dos avanços normativos adotados para aproximar o povo das decisões públicas, há ainda grandes desafios para uma implantação do controle social de forma eficiente dentro do cenário brasileiro, considerando o apoio das forças políticas, econômicas e contexto cultural (SABIONI, *et al.*, 2016).

Em um modelo democrático, as decisões necessitam do envolvimento de todos e de uma possível unanimidade, em que indica uma visão ideal, mas não executável, visto as diferenças e os interesses de cada indivíduo (BOBBIO, 1986). Contudo, é importante que em um Estado democrático institua um

aparato legal que garanta os direitos dos cidadãos participarem e direcionar as atividades da gestão pública e os direitos e deveres sociais (BOBBIO, 1986). Essa representação política eleva o sentimento de bem-estar do cidadão envolvido, em especial quando suas reivindicações são atendidas pelo governo (TRAVITS, 2008).

Tal situação reforça a ideia da associação política e administrativa como funções da gestão pública, com finalidades do atendimento às demandas sociais para garantir melhores condições sociais e promoção do desenvolvimento humano. No capítulo é discutido como as relações administrativas se relacionam a fim de alcançar a promoção do desenvolvimento humano.

O SISTEMA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A promoção do desenvolvimento humano necessita de um longo processo sistêmico que relacionam os aspectos das finanças públicas, da gestão pública, do controle social, da economia e das condições sociais. Dessa forma, o esforço do Estado deve ser constate, e o retorno da boa gestão nem sempre é imediata. Sen (2010) apresenta, como exemplo, o caso do Leste Asiático, que antes da redução da pobreza, promoveu o avanço das condições sociais que, após algum período, surgiram os primeiros resultados, através de uma economia mais fortalecida.

O início deste sistema parte da arrecadação tributária. A arrecadação tributária, nesse caso, parte-se da base tributária disponível, da estrutura de impostos existentes e do esforço fiscal (MORAES, 2006). É através da captação de recursos que torna possível o financiamento de políticas pública.

A gestão pública surge a partir do gerenciamento desses recursos e seu direcionamento para financiar políticas públicas. De acordo com o World Bank (1994), a gestão pública se responsabiliza pelo gerenciamento do orçamento do governo, do investimento público, de análise contábil, de auditorias e de outros sistemas de gerenciamento financeiro, além do planejamento e avaliação de programas, gerenciamento de agências econômicas, entre outras atividades gerenciais. Para Teixeira e Paim (2000), a gestão desses recursos disponíveis deve atender ao planejamento proposto.

O gerenciamento dos recursos necessita de uma boa arrecadação tributária e da eficiência na alocação desses recursos, a fim de não comprometer o equilíbrio das contas do governo (SOARES; GOMES; TOLEDO FILHO, 2011), bem como no atendimento das demandas sociais, como afirmam Grzybovski e Han (2006), cujo bom gerenciamento desses recursos são importantes para a oferta de serviços públicos que atendem as necessidades dos cidadãos possui importância.

Os gastos públicos, nesse sentido, tornam necessários como forma de alocação dos recursos recolhidos de forma a atender a sociedade. Contudo, apesar de necessário a realização dos gastos, seu

crescimento deve ser controlado, cujo aumento desordenado pode significar uma fragilidade dos mecanismos de controle e na garantia dos serviços públicos, expondo à uma possível crise econômica e financeira (CARNEIRO; MENICUCCI; 2013, p. 137).

Assim, reforça a ideia da aplicação eficiente dos recursos, que além de buscar gerar melhores condições de vida para a população (FARIA; JANNUZZI; SILVA, 2008), busca equilibrar as contas e minimizar as chances de crise econômica. Para Costa *et al.* (2012), essa eficiência depende de diferentes fatores, entre eles políticos, econômicos e sociais, sendo importante a realização de mudanças na gestão pública que visa maximizar os resultados para a sociedade.

Dessa forma, o controle social torna-se fundamental como um mecanismo para garantir um maior nível de eficiência da gestão pública. Para Justice, Melitski e Smith (2006), o controle social na influência da gestão pública é fundamental para assegurar a melhor alocação de recursos públicos, o controle dos gastos e o atendimento do projeto político apresentado com meio de promover as condições sociais. Corresponde a uma importante ferramenta de governança que garante a segurança democrática e o controle constitucional (OVERMAN; SCHILLEMAN, 2021).

Grau (2004) observa que esse processo da participação social exige uma reforma política no sistema administrativo, a fim de colocar o cidadão como um ator político, com influência sobre a administração de forma a conectar a democracia, o controle e a eficiência dos recursos públicos. Possibilitar a participação social, potencializa "a eficiência das ações públicas, neutralizando os interesses corporativos da burocracia e as barganhas clientelistas, possibilitando a adequação das decisões às reais demandas da sociedade e a articulação de maneiras mais efetivas de fiscalização das ações governamentais" (ROCHA, 2011, p. 173).

Esse controle social, possibilita ainda que o gestor público reconheça as verdadeiras demandas sociais. Para Rosebloom, Kravchuk e Clerkin (2009), o gestor público, por vezes, não conhece a realidade local. Segundo os autores, a representatividade social se apresenta como um ator importante ao apresentar para a gestão as necessidades locais a fim de direcionar as atenções políticas às demandas sociais. Assim, além do controle das contas públicas, o controle social possui papel fundamental na elaboração e avaliação das políticas públicas.

As políticas públicas sociais, neste caso, consistem nas ações do Estado para melhoria das condições sociais nas diversas dimensões do desenvolvimento humano, tais como a Saúde, Educação, Emprego e Renda e Saneamento Básico (SEN, 2010).

Como apontado por Wammes *et al*. (2023), quando uma dessas dimensões se descontrola, como ocorreu durante a pandemia da Covid-19 entre 2020 e 2023, as demais dimensões e a economia também são afetadas. Assim, de acordo com Teixeira e Paim (2000) é importante ainda a formulação de políticas

públicas integradas e organizadas, a fim de fortalecer as condições sociais. Esse fortalecimento das condições sociais, financiado por recursos públicos, conforme indicado por Romero e Silva (2020), formou base para auxiliar as ações para enfrentamento à pandemia da Covid-19.

É fato ainda que as diferentes dimensões sociais se relacionam, como é o caso do saneamento básico e da saúde, cuja melhoria da qualidade do imóvel, coleta de lixo e esgoto reduzem a chance de doenças e melhora a qualidade de vida social (KOSKEI; KOSKEI, *et al.*, 2013).

A melhoria das condições sociais favorece o avanço do desenvolvimento humano, entendido como um processo endógeno de mudanças, com impacto na economia local e qualidade de vida da população. Há ainda relações com a democracia, cidadania e cultura local (PNUD, [2016]; COWEN; SHENTON, 1996). A fim de identificar da melhor forma o desenvolvimento humano, Wu, Fan e Pan (2014), Heo e Hahm (2015) e Hou, Walsh e Zhang (2015) desenvolveram diferentes indicadores considerando essas dimensões, entre elas o caráter político, de gênero e local.

Neste sentido, nota-se que o sistema de promoção do desenvolvimento humano é complexo e exige a interação de todos os atores.

METODOLOGIA

Dos 853 municípios mineiros emancipados até 2012, foi tomada uma amostra de 765 municípios, sendo estes selecionados devido a disponibilidade dos dados. As variáveis selecionadas para análise podem ser observadas no Quadro 1.

Os dados coletados correspondem às fontes secundárias (ou seja, derivada de bancos de dados não gerados pelos autores deste estudo), disponíveis em sites oficiais do Governo Federal, de Organizações não governamentais ou outras entidades de relevância nacional. As fontes dos dados coletadas estão descritas no Quadro 1.

A escolha do estado de Minas Gerais se deve, principalmente, por ser um estado da Região Sudeste, a região com melhores resultados socioeconômicos do Brasil e Minas Gerais possui destaque nos cenários econômicos industriais, agropecuários e de serviços, e por apresentar um grande volume de municípios, de diferentes tamanhos e demandas socioeconômicas, com áreas bem desenvolvidas, como o triângulo mineiro, e outras com menor desenvolvimento. A escolha do ano de 2012 deve-se ao fato de ser o ano mais recente com a maioria das variáveis disponíveis para a amostra selecionada (exceto IPCS, que foi para o ano de 2010).

Todos os dados foram tabulados em uma planilha eletrônica, organizada em ordem numérica a partir do código de IBGE de 6 dígitos de modo a evitar a ocorrência de falhas de correspondência de

bancos de dados diferentes. Uma vez que o código do IBGE de 6 dígitos é padrão, essa correspondência ocorreu de forma direta.

Quanto às variáveis selecionadas, deve-se atentar à duas: o Índice de Potencial para o Controle Social (IPCS) e o índice de Gestão.

O primeiro consiste em uma variável que se refere ao ano de 2010 (SABIONI, *et al*., 2016). Sua escolha foi tomada devido à ausência de outra *proxy* com confiabilidade para tratar o controle social. Além disso, ressalva-se o fato que para a composição de seu índice, entre outras variáveis, destacam os maiores pesos para variáveis estruturais, como número de partidos políticos, organizações não governamentais e estabelecimentos religiosos, cuja mudança de um curto período, como foi o caso, possuía pouca interferência sobre o resultado final do índice e, consequentemente, na estrutura deste estudo.

Quadro 1 - Variáveis empregadas no modelo

Variável	Descrição	Fonte	Exp. teórica
PIB	Produto Interno Bruto *per capita* como *proxy* da Produção econômica do município.	IBGE (2015)	+
Saúde	Qualidade da Saúde mensurado pelo Índice Firjan de desenvolvimento Municipal, como *proxy* de Saúde.	IFDM (FIRJAN, 2014)	+
Educação	Qualidade da Educação mensurado pelo Índice Firjan de desenvolvimento Municipal, como *proxy* de Educação.	IFDM (FIRJAN, 2014)	+
Emprego e renda	Qualidade do Emprego e renda mensurada pelo Índice Firjan de desenvolvimento Municipal, como *proxy* de Emprego e renda.	IFDM (FIRJAN, 2014)	+
Saneamento e Habitação	Qualidade do Saneamento básico e Habitação mensurado pelo Índice Mineiro de Responsabilidade social, como *proxy* de Saneamento e habitação	IMRS (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015)	+
Desenvolvimento	Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, mensurado por diversas dimensões sociais, utilizado como *proxy* de desenvolvimento humano.	IMRS (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015)	+
Receitas	Capacidade municipal *per capita* em arrecadar recursos próprios por meio de tributos, previstos em legislações próprias	FINBRA (TESOURO NACIONAL, 2016)	+
Gestão	Mensurado com base na metodologia do IFGF, utilizado com *proxy* de Gestão.	IFGF (FIRJAN, 2016)/ FINBRA (TESOURO NACIONAL, 2016)	+
Controle social	Índice de Potencial para o Controle Social - IPCS, mensurado para o ano de 2010, como *proxy* do controle social.	Sabioni *et al* (2016)	+

Fonte: Elaboração própria.

Reforça-se ainda que, para análise do desenvolvimento humano e de condições sociais, é importante avaliar as condições de anos anteriores, tendo em vista que para alcançar o nível atual de desenvolvimento, foi importante o esforço social em períodos anteriores. Por fim, destaca também que o

ano de 2010 refere-se, para a maioria dos municípios, na mesma gestão municipal de 2012, ano de análise das demais variáveis.

A variável Gestão, por sua vez, tomou-se como base a metodologia de formação do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (FIRJAN, 2016), porém foi desagregada a dimensão "receita própria" e refeito o índice sem a padronização para estar entre "0" e "1". Os pesos referentes às demais dimensões foram recalculados devido a exclusão de uma dimensão, a fim de manter as devidas proporções para as demais dimensões.

Para responder o objetivo proposto, foi utilizado o método modelagem de Equações Estruturais (SEM). Essa técnica é empregada para testar a validade de modelos teóricos que definem relações causais entre as variáveis (MARÔCO, 2010). É uma técnica fundamentada sobre os modelos de regressão linear múltipla e de análise fatorial, que examina a estrutura de inter-relações existentes em uma série de equações, em que descrevem as relações entre os constructos (HAIR Jr. *et al.*, 2009). Para a execução da SEM, todas as variáveis e coeficientes foram padronizadas a fim de equalizar medidas.

Os parâmetros das equações da SEM foram estimados pelo método de máxima verossimilhança (MLE) que, segundo Hair Jr. *et al*. (2009), é o procedimento mais comum em estimação da SEM, podendo ser utilizados em amostras pequenas e se torna mais preciso na medida que cresce a amostra.

O modelo proposto consiste no método de *path analysis*, que por vezes é tratado como um modelo causal, cujas diversas variáveis manifestas se relacionam de maneira particular e os caminhos propostos exigem que o argumento teórico possua fortes embasamentos (ACOCK, 2013).

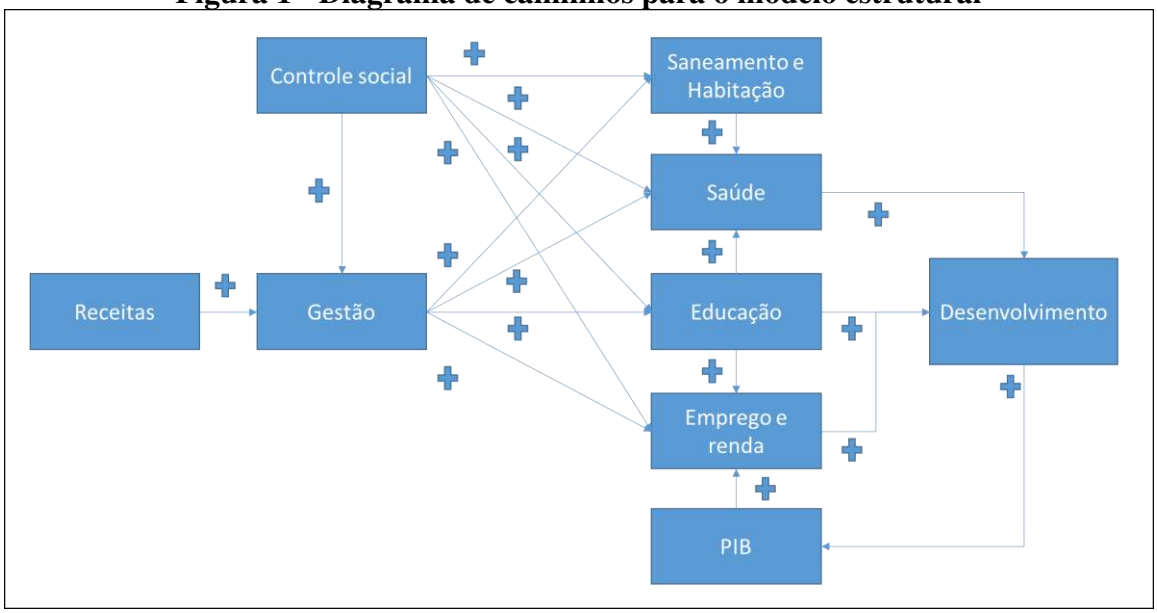
Um modelo de equações estruturais completo pode ser de compreensão complexa, sendo comumente utilizado para tornar mais conveniente, um modelo visual chamado de diagrama de caminhos, cuja análise "calcula a força das relações usando somente uma matriz de correlação ou covariância de entrada." (HAIR JR., *et al*., 2009, p. 581). A Figura 1 consiste no diagrama de caminhos do modelo de equações estruturais proposto para ser estimado neste estudo, considerando, neste caso, as relações como hipóteses a serem testadas.

No diagrama de caminhos, são colocadas as dimensões que estão sendo trabalhadas, indicando quais as relações que existem entre si (representadas pelas setas) e quais as expectativas teóricas que existem sobre essas setas, que são os sinais positivos para relações direta, ou negativos para relações indiretas, que estão representadas sobre as setas.

Diversos são os indicadores para validação do modelo de equações estruturais, como ressaltam Hair Jr. *et al*. (2009). Para este estudo, tomaram os indicadores para a validação do conjunto proposto por Acock (2013). Para as medidas absolutas de ajustamento, foram utilizados os testes Qui-quadrado sobre graus de liberdade (χ^2 / GL) e de *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA).

Para as medidas comparativas de ajustamento, que comparam o modelo proposto ao modelo nulo (*null model*), utilizaram o teste de *Tucker-Lewis Index* (TLI) e *Comparative Fit Index* (CFI). Para a medidas de parcimônia, foi realizado o teste de raiz quadrada da média dos quadrados dos erros de aproximação (SRMR).

Figura 1 - Diagrama de caminhos para o modelo estrutural



Fonte: Elaboração própria.

Foi utilizado ainda a análise descriminante para validação do modelo, tomando como base o critério sugerido por Fornell e Larcker (1981) e Chin (1998) que comparam as correlações entre as variáveis latentes com a raiz quadrada da variância média extraída (AVE), considera-se como válido quando a raiz quadrada da AVE for maior que o valor das correlações entre as variáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Descrição dos dados

A Análise descritiva dos dados pode ser observada na Tabela 1. Os indicadores de Saúde, Educação e Emprego e Renda, disponibilizados pela FIRJAN, e os indicadores de Saneamento e Habitação e IMRS, calculados para o IMRS, expõem a desigualdade das condições sociais e do desenvolvimento humano nos diferentes municípios mineiros, diante à amplitude dos valores mínimos e máximos. O mesmo pode ser observado no IPCS, que varia de 28,85 a 100, o que pode refletir nessa

desigualdade entre as condições sociais, visto que o controle social visa a sociedade avaliar a gestão pública e apresentar propostas de melhoria das condições sociais.

Outras evidências da desigualdade entre os municípios mineiros podem ser observadas pelo PIB per capita e pela Receita própria per capita, com elevadas amplitudes.

Tabela 1 - Análise descritiva dos dados

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
PIB	14583,130	16227,940	4229,220	270512,900
Saúde	0,726	0,131	0,260	0,960
Emprego e renda	0,487	0,135	0,140	0,870
Educação	0,777	0,061	0,540	0,940
Receita per capita	1029347,000	8118,540	0,500	212686,600
Gestão	0,228	0,192	0,020	4,510
Controle social	4869413,000	1028877,000	28,850	100,000
Saneamento e Habitação	0,467	0,062	0,277	0,689
Desenvolvimento	0,577	0,039	0,470	0,720

Fonte: Elaboração própria.

Municípios com baixa capacidade de geração de receita tornam-se dependentes das receitas de transferências e minimiza sua liberdade de investimento público, o que pode refletir nas diferenças das condições sociais entre os municípios. Destaca-se também a existência de muitos municípios menores que 10 mil habitantes, que possuem baixas condições econômicas e limitada capacidade de recolhimento de recursos próprios.

O Sistema de Promoção do Desenvolvimento Humano

Para a análise da SEM, os índices de ajustamento do modelo apresentaram confiabilidade, como pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2 - Índices de ajustamento do modelo

Critérios	Parâmetros Desejáveis	Modelo Sugerido
X^2	-	181,842
Valor-p	≤0,050	0,000
g.l.	-	46
X2 / g.l.	≤5,000	3,953
CFI	≥0,800	0,923
TLI	≥0,900	0,941
SRMR	≤0,080	0,068
RMSEA	≤0,080	0,062

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Hair Jr. *et al*. (2009); Marôco (2010); Acock (2013).

O modelo estimado apresentou R² de 0,576, o que significa que as variáveis e caminhos apresentados são capazes de explicar 57,6% do modelo proposto. Quanto à análise descriminante, todas as correlações foram menores que a raiz quadrada da AVE, como pode ser visto na Tabela 3, onde apontam que os indicadores possuem relação mais forte com sua Variável Latente do que com as outras variáveis, confirmando a validade discriminante do modelo.

Tabela 3 - Matriz de correlação e raiz quadrada da AVE

	Saúde	Desenvolvimento	Educação	Emprego	Gestão	Saneamento	PIB
Saúde	**0,908**						
Desenvolvimento	0,498	**0,772**					
Educação	0,355	0,517	**0,877**				
Emprego	0,286	0,438	0,403	**0,690**			
Gestão	0,116	0,141	0,089	0,279	**0,928**		
Saneamento	0,354	0,442	0,377	0,248	0,109	**0,954**	
PIB	0,202	0,376	0,214	0,404	0,119	0,088	**0,928**

Fonte: Elaboração própria.
Nota: Raiz quadrada da AVE encontra-se em negrito.

Para a estimativa foi utilizado a correção de erros padrões pelo modelo de Erros Padrões Robustos que, para StataCorp (2013), tal correção de erros é recomendável quando as variáveis possuem métricas diferentes e não necessitam de terem distribuição normal. O modelo estimado encontra-se na Tabela 4.

Diante o modelo estimado, pode-se notar a multidimensionalidade do desenvolvimento, visto os aspectos positivos e significativos dos efeitos da Saúde, Educação e Emprego e Renda sobre a qualidade do desenvolvimento humano. Observa-se ainda a inter-relação entre suas dimensões, como as que ocorrem na Educação com Saúde e Emprego e renda. De acordo com Sen (2010, p. 26) “Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras.” As liberdades, nesse caso, referem-se às diversas formas de desenvolvimento, as condições sociais e à economia.

Essa interrelação entre as dimensões, como apontam Wammes *et al*. (2023), foi fator crucial para os efeitos da Covid-19, que perpassou a relação da saúde, afetando também economia e devendo o poder público focar em ações em diversos campos para minimizar seu impacto.

O saneamento apresentou relação positiva significativa com a saúde, confirmando os estudos de Kran e Ferreira (2006) e de Koskei *et al*. (2013) apontando a importância das condições do entorno do domicílio, do próprio domicílio e do saneamento básico na melhoria da qualidade de vida da população e redução dos riscos para saúde pública.

Tabela 4 - Modelo de Equações Estruturais estimado

Variáveis padronizadas	Coeficientes	Erro (robusto)	Z	Sig.	Intervalo de confiança (90%)	
Gestão						
Controle Social	0,006	0,001	3,760	0,000	0,003	0,008
Receitas	$5,4 \times 10^{-7}$	0,000	4,770	0,000	0,000	0,000
Constante	-0,045	0,066	-0,680	0,498	-0,175	0,085
Saneamento e habitação						
Gestão	0,007	0,007	1,070	0,285	-0,006	0,021
Controle Social	0,002	0,000	7,410	0,000	0,001	0,002
Constante	0,380	0,011	33,610	0,000	0,358	0,403
Saúde						
Educação	0,450	0,082	5,460	0,000	0,289	0,611
Gestão	0,027	0,014	1,860	0,063	-0,001	0,055
Saneamento e habitação	0,500	0,078	6,380	0,000	0,347	0,654
Controle Social	0,001	0,000	3,040	0,002	0,000	0,002
Constante	0,069	0,059	1,170	0,241	-0,046	0,185
Educação						
Gestão	-0,019	0,006	-2,980	0,003	-0,031	-0,006
Controle Social	0,003	0,000	15,610	0,000	0,003	0,003
Constante	0,636	0,010	66,820	0,000	0,618	0,655
Emprego e Renda						
Educação	0,176	0,064	2,760	0,006	0,051	0,302
Gestão	0,054	0,022	2,430	0,015	0,010	0,097
PIB	0,000	0,000	3,540	0,000	0,000	0,000
Controle Social	0,008	0,000	18,480	0,000	0,007	0,009
Constante	-0,063	0,043	-1,440	0,148	-0,148	0,022
PIB						
Desenvolvimento	148333,300	22231,640	6,670	0,000	104760,100	191906,600
Constante	-70951,990	12370,750	-5,740	0,000	-95198,200	-46705,770
Desenvolvimento						
Saúde	0,096	0,009	11,120	0,000	0,079	0,113
Educação	0,205	0,020	10,460	0,000	0,167	0,244
Emprego e Renda	0,052	0,010	5,250	0,000	0,032	0,071
Constante	0,322	0,013	24,740	0,000	0,297	0,348

Fonte: Elaboração própria.
Notas: R^2 geral 0,576; Significância estatística a nível de 10%.

Conforme os resultados apresentados, o Desenvolvimento Humano, mensurado pelo IMRS, possui um aspecto cíclico perante o PIB, sendo este uma *proxy* da capacidade econômica municipal. Nota-se que o Desenvolvimento Humano afeta positivamente a capacidade econômica municipal, enquanto esta relaciona positivamente com o Emprego e Renda, resultando em um efeito de retroalimentação no sistema.

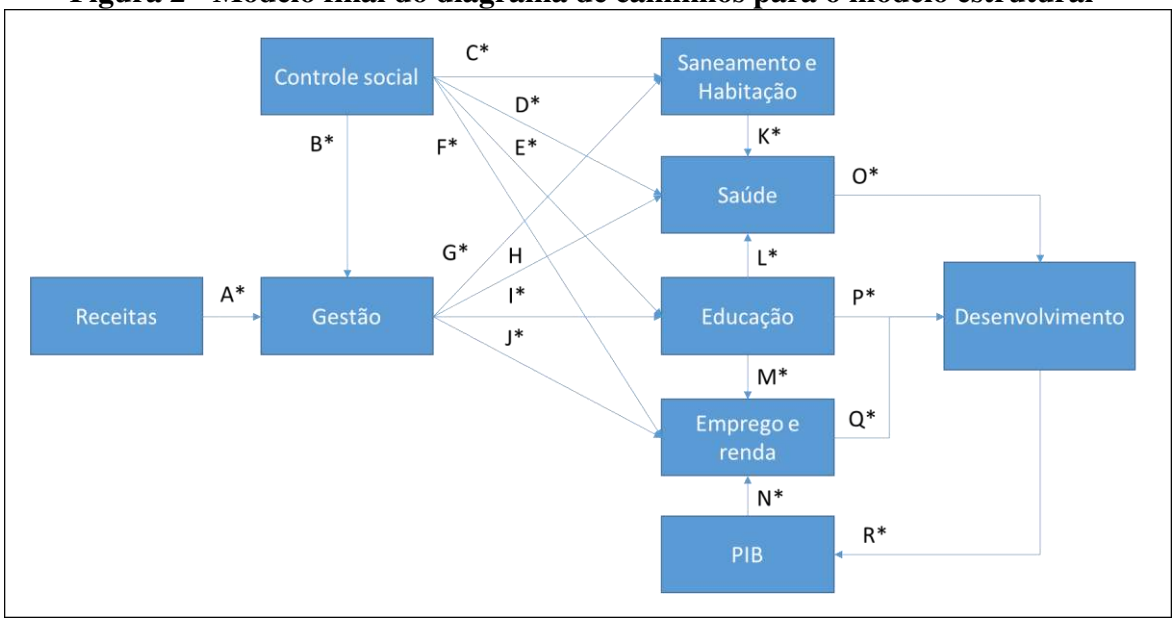
O modelo final de análise, com os devidos parâmetros de estimação, pode ser observado na Figura 2, disposta na página seguinte.

Sobre a influência da gestão pública sobre a execução de políticas públicas e melhoria do bem-estar social foi discussão de Martínez (2022) no intuito de apresentar como a gestão pública melhor gerida com uso de TIC's avança na oferta de serviços públicos para a sociedade.

A gestão pública municipal, neste presente estudo, foi mensurada sobre dois aspectos, sendo o primeiro o perfil das finanças públicas e qualidade fiscal e o segundo mensura o controle social. A

Gestão Fiscal apresentou significância estatística apenas para a educação e para o emprego e renda, sendo esta uma relação positiva.

Figura 2 - Modelo final do diagrama de caminhos para o modelo estrutural



Fonte: Elaboração própria.
Notas: A = 5,4 x 10^{-7}; B = 0,006; C = 0,002; D = 0,001; E = 0,003; F = 0,008; G = 0,007; H = 0,027; I = -0,019; J = 0,054; K = 0,500; L = 0,450; M = 0,176; N = 1,24 x 10^{-6}; O = 0,096; P = 0,205; Q = 0,052; R = 1,5 x 10^{5}. *significante ao nível de 10%.

Conforme Bresser-Pereira (2010), o modelo da NPM surge a fim de controlar os custos, aumentar a eficiência e promover melhores serviços públicos à sociedade, embora ainda assim o Estado não seja completamente eficiente, auxilia na formação de um Estado-social, com provisão de recursos públicos.

Visto que o índice de mensuração da Gestão Fiscal tem como base o controle dos gastos, redução de despesas e eficiência das contas públicas, pode ser uma justificativa quanto a ausência de significância estatística para a Saúde, considerando a demanda por políticas públicas e aumento dos gastos sociais para melhoria de seus serviços. Por outro lado, por preocupar pelo controle das contas, a Gestão Pública visa reduzir as despesas (CARNEIRO e MENICUCCI, 2013) que, por sua vez, possui relação inversa com as receitas adquiridas.

Já o Controle Social apresentou significância estatística à nível de 10% para todas suas relações. Destaca ainda o fato do Controle Social interferir também na qualidade da Gestão Fiscal. Isso reflete o papel da sociedade nas tomadas de decisões do governo municipal, sendo elas no controle das finanças públicas, ou mesmo na cobrança por melhores condições sociais e controle de políticas públicas.

Como descrevem Rosebloom, Kravchuk e Clerkin (2009), a importância da participação se deve pela representatividade, responsividade e prestação de contas na administração pública, sejam elas pela

criação de políticas públicas, ou mesmo pela prestação de um serviço público. Segundo os autores, é por meio da participação e do controle social que o Estado direciona suas atenções para determinada localidade ou alguma área social que possui maior demanda. Para Denhardt e Catalaw (2017), "os cidadãos são donos do governo e capazes de atuar juntos em busca do bem maior", ou seja, apontam características do modelo da NPS como importantes mecanismos de gestão, integrando a população como um ator de apresentação de demanda, controle e tomada de decisão, junto ao gestor público.

Esses elementos de controle social e responsabilidade das constas públicas apontam para uma vertente pós NPM, que busca superar as relações de desagregação imposta pela NPM através do ordenamento do controle social (KOLIBA, 2024)

As receitas de arrecadação própria possuem influência significativa positiva sobre a qualidade da Gestão Fiscal, contudo com valor próximo à zero. Essa baixa influência pode ser derivada da composição de análise da Gestão Fiscal, visto que esta busca verificar os gastos públicos sob diferentes óticas, como investimento, pagamento de pessoal e custos da dívida pública, bem como ressalta a importância da gestão pública sobre o desenvolvimento humano, frente à disponibilidade de receitas.

Visto a influência do controle social sobre a qualidade da gestão pública, no caso, sobre a qualidade da gestão fiscal, nota-se a aproximação dos ideais do NPS, utilizando do mecanismo da democracia e participação, para controle das contas públicas e incentivar a eficiência do estado, um dos principais pontos da NPM. Neste caso, o contexto da participação não nega a importância do controle de gastos e do uso eficiente dos recursos para garantir melhoria das condições sociais.

Por fim, o modelo apresentado remonta parte da complexidade empregada para a melhoria do desenvolvimento humano. As receitas públicas devem passar por um longo processo para gerarem o desenvolvimento humano. Conforme Sen (2010), apesar da importância do recurso financeiro, tanto para os municípios quanto para o indivíduo, o desenvolvimento humano é gerado a partir das condições sociais. Conforme Faria *et al.* (2011), não é somente a disponibilidade dos recursos, mas a boa aplicação deles, por meio de uma gestão pública eficiente, que melhoram as condições sociais.

Nesse caso, os resultados indicam que a gestão pública e o controle social tomam papeis centrais no processo de promoção do desenvolvimento humano, considerando a qualidade dos gastos públicos e o financiamento e avaliação de políticas públicas. Além disso, ao longo deste processo, há diversas inter-relações entre as formas de gestão e as dimensões do desenvolvimento humano, bem como a influência do desenvolvimento humano sobre a economia.

Para Sen (2010), o sistema democrático favorece e equilíbrio econômico, o aumento de serviços de públicos facilitam a participação econômica, e a melhoria econômica gera maior renda para a população, o que corrobora os resultados encontrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados apresentados, pode-se perceber que o desenvolvimento humano possui diferentes dimensões sociais que trabalham de forma conjunta. Dessa forma, a promoção do desenvolvimento humano parte-se de um sistema complexo, com envolvimento social, de recursos públicos, da gestão fiscal e da economia local.

Neste sistema nota-se o caráter processual do desenvolvimento, cujos recursos públicos adquiridos, para gerar o desenvolvimento, necessita da ação da gestão pública, na aplicação eficiente desses recursos em programas sociais de saúde, educação, saneamento básico, habitação e outras ações que visam a melhoria das condições sociais.

Destaca ainda a importância do controle social no desenvolvimento humano, seja pelo controle das contas pública, seja na apresentação de demandas sociais, formulação e avaliação de políticas públicas. Nesse sentido, pouca influência teria os recursos públicos caso a gestão pública e o controle social não direcionassem seus interesses na melhoria das condições sociais e desenvolvimento humano.

Mesmo que possa haver ciclos de desenvolvimento, cujo desenvolvimento humano afeta a economia e a economia afeta as condições sociais, o "combustível" para o sistema ocorre pelos recursos públicos e o "motor" trata-se da qualidade da gestão pública, onde a ausência de um desses elementos, ou mesmo a falta de qualidade destes elementos, deflagraria o processo de desenvolvimento.

Pelas dimensões sociais se influenciarem mutuamente, mostra-se necessário que a gestão crie políticas públicas integradas de forma a potencializar os resultados e promover o desenvolvimento humano.

A presente pesquisa buscou apresentar um modelo básico do complexo sistema de promoção do desenvolvimento, o que se ressalta a importância de verificar outros atores que expressam influência sobre o desenvolvimento humano e na gestão pública, como a transparência e meio ambiente, sendo esta uma sugestão para pesquisas futuras. Recomenda-se também verificar mais de um período para que seja analisado esses efeitos ao longo prazo, bem como ampliar a unidade empírica para mais municípios brasileiros. Por fim, recomenda-se também realizar estudos de caso a fim de identificar nos municípios como se dá essas influências da gestão pública e do controle social sobre o desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

ACOCK, A. C. **Discovering structural equation modeling using**. College Station: Stata Press Book, 2013.

BENNIS, W. "Beyond bureaucracy". **Society**, vol. 2, n. 5, 1965.

BERGUE, S. T. **Modelos de Gestão em Organizações Pública**: Teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul: Editora UCS, 2011.

BOBBIO, N. **O futuro da Democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/01/2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C. "Democracia, Estado Social e Reforma Gerencial". **Revista de Administração de Empresas**, vol. 50, n. n. 1, 2010.

CARNEIRO, R.; MENICUCCI, T. M. G. "Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes". *In*: CRUZ, F. O. **A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro**: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

CHIN, W. W. "The partial least squares approach to structural equation modeling". *In*: MARCOULIDES, G. A. **Modern methods for business research**. London: Lawrence Erlbaum Associates, 1998.

COSTA, C. C. D. M. *et al*. "Disparidades inter-regionais e características dos municípios do estado de Minas Gerais". **Desenvolvimento em Questão**, vol. 10, n. 20, 2012.

COWEN, M. P.; SHENTON, R. W. **Doctrines of development**. Londres: Routledge, 1996.

DENHARDT, J. V.; DENHARDT, R. B. "The New Public Service Revisited". **Public Administration Review**, vol. 75, n. 5, 2015.

DENHARDT, R. B.; CATLAW, T. J. **Teorias da Administração Pública**. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2017.

DENHARDT, R. B.; DENHARDT, J. V. "The New Public Service: Serving Rather Than Steering". **Public Administration Review**, vol. 60, n. 6, 2000.

ERIKSSON, E. *et al*. "Collaborative public management: coordinated value propositions among public service organizations". **Public Management Review**, vol. 22, n. 6, 2020.

FARIA, F. P.; JANNUZZI, P. D. M.; SILVA, S. J. D. "Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro". **Revista de Administração Pública**, vol. 42, n. 1, 2008.

FARIA, L. C. D. S. *et al*. "Indicadores de Qualidade de Vida nos Municípios Mineiros e Eficiência Alocativa de Recursos Públicos". **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, vol. 6, n. 1, 2011.

FERLIE, E. *et al*. **New Public Management in Action**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **IFDM**: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2014. Disponível em: <www.firjan.org.br>. Acesso em: 03/02/2024.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Gestão Fiscal**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2016. Disponível em: <www.firjan.org.br>. Acesso em: 03/02/2024.

FORNELL, C.; LARCKER, D. F. "Evaluating Structural Equation Models with Unobservable Variables and Measurement Error". **Journal of Marketing Research**, vol. 18, n. 1, 1981.

FREDERICKSON, H. G. "Comparing the reinventing government movement with the new public administration". **Public Administration Review**, vol. 56, n. 3, 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2015. Disponivel em: <www.fjp.mg.gov.br>. Acesso em: 07/04/2024.

GRAU, N. C. "La democratización de la administración pública. Los mitos a vencer". *In*: BRESSER-PEREIRA, L. C.; AL. E. **Política y Gestión Pública**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

GRZYBOVSKI, D.; HAHN, T. "Educação fiscal: premissa para melhor percepção da questão tributária". **Revista de Administração Pública**, vol. 40, n. 5, 2006.

GUIMARÃES, T. D. A. "A nova administração pública e a abordagem da competência". **Revista de Administração Pública**, vol. 34, n. 3, 2000.

HAIR JR., J. F. *et al*. **Análise Multivariada de dados**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2009.

HEO, U.; HAHM, S. D. "Democracy, Institutional Maturity, and Economic Development". **Social Science Quarterly**, vol. 96, n. 4, 2015.

HOLZER, M.; SCHESTER, R. W. **Public Administration**: An introduction. Nova York: M. E. Sharpe, 2011.

HOOD, C. "A Public Management for all seasons?" **Public Administration**, vol. 69, 1991.

HOU, J.; WALSH, P. P.; ZHANG, J. "The dynamics of Human Development Index". **The Social Science Journal**, vol. 52, n. 3, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Banco de Dados Agregados". **IBGE** [2015]. Disponivel em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 12/03/2024.

JUSTICE, J. B.; MELITSKI, J.; SMITH, D. L. "E-Government as an Instrument of Fiscal Accountability and Responsiveness: Do the Best Practitioners Employ the Best Practices?" **The American Review of Public Administration**, vol. 36, n. 3, 2006.

KERBAUY, M. T. M. "Federalismo, descentralização e democracia". **Estudos de Sociologia**, vol. 6, n. 10, 2001.

KOLIBA, Christopher. "Liberal democratic accountability standards and public administration". **Public Administration Review**, 2024.

KOSKEI, E. C. *et al*. "Effect of Socio-economic Factors on Access to Improved Water Sources and Basic Sanitation in Bomet Municipality, Kenya". **Research Journal of Environmental and Earth Sciences**, Londres, 5, n. 12, 2013.

KRAN, F.; FERREIRA, F. P. M. "Qualidade de vida na cidade de Palmas - TO: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos". **Ambiente e Sociedade**, vol. 9, n. 2, 2006.

LAPUENTE, V.; WALLE, S. V. “The effects of new public management on the quality of public services”. **Governance**, vol. 33, n. 3, 2020.

MARÔCO, J. **Análise de equações estruturais**: fundamentos teóricos software e aplicações. Pêro Pinheiro: Editora Reportnumber, 2010.

MARTÍNEZ, X. B. “Posmodernidad, gestión pública y tecnologías de la información y comunicación en la Administración pública de Ecuador”. **Estado e Comunes, Revista de Políticas y Problemas Públicos**, vol. 1, n. 14, 2022.

MORAES, D. P. D. **Arrecadação tributária municipal**: esforço fiscal, transferências e Lei de responsabilidade fiscal (Dissertação de Mestrado em Administração). São Paulo: FGV, 2006.

MOTTA, P. R. D. M. “O Estado da Arte da Gestão Pública”. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 53, n. 1, 2013.

OSBORNE, D. T. “Reinventing Government”. **Leadership Abstracts**, vol. 6, n. 1, 1993.

OVERMAN, S.; SCHILLEMANS, T. “Toward a public administration theory of felt accountability”. **Public Administration Review**, vol. 82, n. 1, 2022.

PIERRE, J. **New Governance, New Democracy?** Gothenburg: The Quality of Government Institute, 2009.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. “O que é Desenvolvimento Humano”. **PNUD** [2016]. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 23/02/2024.

ROCHA, C. V. “Gestão pública municipal e participação democrática no Brasil”. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 19, n. 38, 2011.

ROMERO, J. A. R.; SILVA, F. A. M. “Relação entre as condições socioeconômicas e a incidência da pandemia da Covid-19 nos municípios do Ceará”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 3, n. 7, 2020.

ROSEBLOOM, D. H.; KRAVCHUK, R. S.; CLERKIN, R. M. **Public Administration**: Understanding management, Politics and Law in the Public Sector. New York: McGraw-Hill Higher Education, 2009.

SABIONI, M. *et al*. “Contextos (in)adequados para o engajamento cidadão no controle social”. **Revista de Administração Pública**, vol. 50, n. n. 3, 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2010.

SOARES, M.; GOMES, E. D. C. O.; TOLEDO FILHO, J. R. D. “A repartição tributária dos recursos do ICMS nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba”. **Revista de Administração Pública**, vol. 45, n. 2, 2011.

SOUZA, C. **Políticas públicas**: conceitos, tipologias e subáreas”. São Paulo: Fundação Luíz Eduardo Magalhães, 2002.

STATACORP. **STATA Structural Equations Modeling Reference Manual Release 13**. College Station: StataCorp LP, 2013.

TEIXEIRA, C. F.; PAIM, J. S. “Planejamento e programação de ações intersetoriais para a promoção da saúde e da qualidade de vida”. **Revista de Administração Pública**, vol. 34, n. 6, 2000.

TESOURO NACIONAL. “Contas anuais”. **Tesouro Nacional** [2016]. Disponivel em: <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 26/06/2024.

TRAVITS, M. “Representation, Corruption, and Subjective Well-Being”. **Comparative Political Studies**, vol. 41, n. 12, 2008.

WAMMES, L. T. *et al*. “A pandemia da Covid-19 e seus reflexos no desenvolvimento humano”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 15, n. 45, 2023.

WORLD BANK. **Development in practice - Governance**: The World Bank Experience. Washington: The World Bank, 1994.

WU, P. C.; FAN, C. W.; PAN, S. C. “Does Human Development Index Provide Rational Development Rankings? Evidence from Efficiency Rankings in Super Efficiency Model”. **Social Indicators Research**, vol. 116, n. 2, 2014.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 19 | Nº 56 | Boa Vista |2024

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima